

**INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 01/2024, de 12 de novembro de 2024.**

**COLEGIADO DO CURSO DE NUTRIÇÃO - FANUT**

Dispõe sobre normas internas de estágio do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal de Alagoas.

O Colegiado do Curso de Nutrição,

Considerando a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;

Considerando a Resolução nº 95/2019 – Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas (Consuni/UFAL) que disciplina os estágios curriculares supervisionados dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação da UFAL; Modificada em seu artigo 23 “Ad Referendum” pela Resolução nº 70/2022 homologada pela Resolução nº 118/2022 – Consuni /UFAL;

Considerando a Instrução Normativa (IN) nº 1/2019 – Pró-reitoria de Graduação (Prograd)/UFAL que disciplina o acesso aos estágios curriculares supervisionados não obrigatórios para os alunos dos cursos da UFAL;

Considerando a IN nº 3/2019 – Prograd/UFAL que disciplina os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios (ECSO) da UFAL;

Considerando a IN nº 4/2019 – Prograd/UFAL que disciplina a dispensa parcial ou total de carga horária dos ECSO nos cursos de graduação, do tipo bacharelados;

Considerando a IN nº 213/2019 – Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SGDR/SEDGGD/ME) que estabelece orientação e normas sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando a Portaria nº 1/2016 – Prograd/UFAL que delega aos coordenadores de estágios dos cursos de graduação da UFAL a responsabilidade pela assinatura dos Termos de Compromissos de Estágios (TCE);

Considerando a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) nº 599, de 25 de fevereiro de 2018 que aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista;

Considerando a Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018, retificada em 23 de maio de 2018, que dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições;

Considerando a Resolução CFN nº 698, de 11 de agosto de 2021 que dispõe sobre as atribuições do nutricionista quanto à orientação e à supervisão dos estágios de Nutrição;

Considerando a Resolução – Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 5, de 07 de novembro de 2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do

Curso de Graduação em Nutrição;

Considerando a necessidade de normatização do ECSO e do estágio curricular não obrigatório e a necessidade de validar e viabilizar a formação profissional dos discentes, conforme preveem: a) as DCN do curso de graduação em Nutrição, com “a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o estudante a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender”; e b) o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Nutrição da UFAL, que visa “efetivar um processo de ensino-aprendizagem que torne a profissionalização do estudante, concreta e autônoma”.

RESOLVE:

**Art. 1º.** Estabelecer as **normas de estágio do curso de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas.**

**Art. 2º.** Esta instrução normativa entra em vigor a partir de novembro de 2024.

## **ANEXO**

### **NORMAS DE ESTÁGIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

#### **TÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O estágio fundamenta-se no princípio da relação teoria-prática construída/reconstruída na qualidade da fundamentação teórica das ciências da saúde, da alimentação e nutrição e dos alimentos.

**Art. 2º.** O objetivo do estágio é o aprimoramento da prática vinculada à teoria, proporcionando condições de aplicação experimental dos conhecimentos adquiridos durante o curso no ambiente profissional.

**Art. 3º.** São finalidades do estágio:

- I – a aprendizagem teórico-prática visando o processo de formação profissional;
- II – a oportunização de espaços para convivência, compreensão, análise e intervenção no processo da formação profissional;
- III – a complementação da formação acadêmica;
- IV – a possibilidade de articulação das atividades de monitoria, pesquisa e extensão nas atividades de estágio;
- V – a retroalimentação do PPC.

**Art. 4º.** O estágio do curso de graduação em Nutrição da UFAL compreende a ação educativa, o espaço e o período acadêmico em que o discente permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades profissionais sob preceptoria/orientação obrigatória de nutricionista da instituição concedente de estágio e sob supervisão/orientação de um docente da instituição de ensino.

#### **TÍTULO II**

##### **CARACTERÍSTICA GERAL DO ESTÁGIO CURRICULAR**

##### **CAPÍTULO I**

##### **CLASSIFICAÇÃO E CAMPOS DE ESTÁGIO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DAS MODALIDADES DE ESTÁGIOS CURRICULARES**

**Art. 5º.** O estágio curricular atende a duas modalidades: obrigatório e não obrigatório.

§ 1º – O ECSO compõe a parte fixa do fluxo padrão do currículo do curso, conforme proposto no PPC, na Resolução nº 95/2019 – Consuni/UFAL e na Lei nº 11.788, de 2008, sendo realizado mediante matrícula nos componentes curriculares de estágio;

§ 2º – O estágio curricular não obrigatório, conforme disposto na Resolução nº 95/2019 – Consuni/UFAL e na Resolução CFN nº 698/202, trata-se do desenvolvimento de uma atividade opcional, complementar à formação profissional, e deverá atender às normas estabelecidas pela IN nº 1/2019 – Prograd/UFAL e às especificações constantes do capítulo IV da presente resolução.

## **SEÇÃO II**

### **DOS CAMPOS E ÁREAS DE ESTÁGIO**

**Art. 6º.** Constituem campos de estágio as instituições públicas ou privadas e os profissionais liberais conveniados com a UFAL, nos termos da lei, e unidades ou setores da própria Universidade, também denominados instituição concedente de estágio, inerentes aos campos de atuação do nutricionista nas áreas da saúde, da alimentação e nutrição e dos alimentos da rede pública e privada, e envolvendo políticas e programas institucionais em saúde e segurança alimentar e nutricional;

**Art. 7º.** Constituem áreas de ECSO do curso de graduação em Nutrição: Nutrição Clínica, Nutrição em Saúde Pública e Nutrição em Alimentação Coletiva.

§ 1º – Para estágio curricular não obrigatório serão ainda consideradas outras áreas de atuação do nutricionista, conforme Resolução do CFN nº 600 de 23/05/2018.

**Art. 8º.** São pré-requisitos exigidos para definição dos campos de estágio:

I – a unidade de estágio deverá possuir, no seu quadro funcional, profissional com graduação em Nutrição;

II – deverá haver acompanhamento e orientação do discente por um profissional graduado em Nutrição;

III – deverá existir a possibilidade de planejamento e execução conjunta das atividades de estágio em acordo com discente, preceptor e docente;

IV – a possibilidade de aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de campos específicos de trabalho;

V – a vivência efetiva de situações reais de vida e trabalho num campo profissional;

VI – a possibilidade de supervisão e avaliação do discente pelo docente da Fanut/UFAL.

## **TÍTULO III**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO**

**Art. 9º.** As atividades de estágio estão sob a responsabilidade:

I – da coordenação de estágio;

II – das sub coordenações de estágio, compostas por 1 (um) docente de cada área de ECSO;

III – da coordenação e colegiado do curso de Nutrição;

IV – do profissional nutricionista da unidade concedente.

**Art. 10.** As diferentes competências e atribuições das atividades de estágio estarão sob as respectivas responsabilidades:

I – a proposição de normas e políticas de estágio serão de competência e atribuição da coordenação de estágio;

II – ao colegiado do curso de Nutrição compete a contribuição na definição e a deliberação de normas e políticas de estágio, bem como a análise e deliberação de recursos encaminhados pela coordenação de estágio;

III – a gestão da execução do estágio será de competência e atribuição da coordenação de estágio;

IV – a coordenação acadêmica do ECSO será de competência e atribuição do coordenador da área de estágio;

V – o acompanhamento/orientação do discente serão competência e atribuição do nutricionista preceptor e a supervisão/orientação do estágio será competência e atribuição do docente;

VI – a realização/execução das atividades de estágio será de responsabilidade do discente;

VII – a avaliação da viabilidade do estágio será de responsabilidade conjunta da coordenação de estágio e da coordenação de área do estágio, baseada na avaliação realizada pelos docentes da área, tendo como instância deliberativa o colegiado do curso.

**Art. 11.** O cronograma de ECSO será elaborado pela coordenação de estágio.

**Parágrafo único:** O cronograma de ECSO deverá ser discutido com as coordenações de estágios das áreas e com o colegiado de curso sempre que precisar de adequações especiais alheias ao calendário acadêmico da UFAL vigente.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS ATRIBUIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO**

**Art. 12.** A coordenação de estágio do curso de Nutrição é a unidade de gestão da execução dos estágios.

**Art. 13.** À coordenação de estágio compete:

I – executar a política de estágios da UFAL, observando os objetivos e as peculiaridades normativas do curso de Nutrição;

II – articular-se com a gerência de estágio da Prograd;

III – identificar e propor à PROGRAD a abertura de novos convênios de estágio e administrar vagas para o estágio;

IV – propor e definir normas e políticas de estágio para serem analisadas e deliberadas pelo colegiado do curso de Nutrição;

V – participar de reuniões do colegiado de curso ou do fórum de colegiados, quando essas envolverem discussões sobre estágios, mediante convocação da coordenação do curso e da Prograd;

VI – definir e propor instrumentos de orientação, controle, avaliação de estágio;

VII – fazer o planejamento semestral dos discentes que irão cursar ECSO e ser assessorado pelas coordenações de estágio das áreas para a disponibilidade de campos de estágio;

VIII – coordenar as atividades de supervisão, orientação e avaliação de estágio curricular não obrigatório, se cabível;

IX – manter o controle e responsabilidade sobre a documentação pertinente e pertencente às atividades da coordenação de estágio;

X – verificar a existência da apólice de seguro para os discentes, bem como, assinar os TCE de cada discente;

**Parágrafo único.** Para o ECSO, a distribuição dos discentes entre os docentes orientadores caberá ao conjunto dos professores de cada área de estudo relacionada ao estágio. Coordenar as atividades de ECSO é de competência dos coordenadores de estágio das áreas.

**Art. 14.** A função de coordenador de estágio será exercida por um professor do curso de Nutrição com habilitação em Nutrição por um período de 2 anos, podendo ser reconduzido por igual período e acumular a função de supervisor de estágio.

§1º – A indicação para o cargo de coordenador de estágio e seu suplente será realizada pela direção da Fanut, sendo que a aprovação deverá ser referendada em reunião plenária;

§2º – Em caso de impedimento ou ausência do coordenador de estágio, o seu suplente responderá pela coordenação de estágio. Em caso de impedimento do coordenador e de seu suplente, o coordenador do curso ou outro membro do colegiado de curso responderá pela coordenação de estágio.

## **SEÇÃO II**

### **DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE NUTRIÇÃO**

**Art. 15.** Compete à coordenação do curso de Nutrição:

I – manter contato com a coordenação de estágio;

II – encaminhar a relação nominal de discentes, com dados de e-mail e número de matrícula, para organização dos ECSO a cada semestre;

III – gerenciar a matrícula dos discentes nos ECSO;

IV – zelar pelo cumprimento das normas do estágio curricular.

### SEÇÃO III

#### DA PRECEPTORIA, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

**Art. 16.** As atividades de preceptoria, supervisão e orientação do estágio se referem ao acompanhamento das atividades desenvolvidas no campo do estágio pelo discente, incluindo-se a avaliação deste.

**Parágrafo único.** O professor que supervisiona e orienta as atividades de estágio é denominado de “supervisor” e o profissional nutricionista que acompanha e orienta o desenvolvimento diário das atividades no campo de estágio é denominado “preceptor”, conforme a Resolução nº 95/2019 Consuni/UFAL.

**Art. 17.** A orientação acadêmica de estágio é constituída pela participação de membros pertencentes à instituição de ensino, exercida pelo supervisor e, à instituição concedente, exercida pelo preceptor.

§1º – O supervisor terá sob sua responsabilidade no máximo 06 (seis) discentes.

§ 2º – Para estágio não obrigatório, o supervisor poderá orientar no máximo 02 (dois) discentes.

**Art. 18.** Ao supervisor do ECSO compete:

- I – avaliar o local de estágio junto ao coordenador de estágio da área e com a coordenação de estágio;
- II – orientar o discente na execução dos planos e elaboração de relatórios de estágio;
- III – orientar, supervisionar, acompanhar e avaliar o desempenho das atividades de estágio;
- IV – distribuir a CH diária e total do estágio para a execução das atividades em acordo com preceptor e o discente;
- V – frequentar semanalmente o campo/unidade de estágio, estabelecendo contatos com o preceptor;
- VI – participar das discussões/reuniões sobre estágio;
- VII – fazer cumprir com o plano e TCE;
- VIII – analisar os relatórios de estágio;
- IX – inserir no sistema acadêmico da UFAL a frequência de cada discente e as notas relativas a avaliação ou repassar, dentro dos prazos estabelecidos, os dados para o coordenador de estágio da área, a quem caberá a inserção.

**Art. 19.** Ao professor orientador do estágio curricular não obrigatório compete:

- I – conhecer e avaliar o local de estágio junto a coordenação de estágio;
- II – contribuir para a construção do plano de estágio elaborado e apresentado pelo preceptor;
- III – orientar atividades de estágio, quando solicitado pelo preceptor ou discente;

IV – participar das discussões/reuniões sobre estágio, quando solicitado pelo preceptor;

V – fazer cumprir com o acordo no TCE;

VI – avaliar o relatório de estágio com o preceptor;

VII – encaminhar ao coordenador de estágio, em consonância com os prazos estabelecidos, os relatórios dos discentes sob sua orientação, acompanhada da sua avaliação e do preceptor, quando cabível.

**Parágrafo único.** O docente, para um mesmo discente, não poderá acumular as funções de supervisor e de preceptor.

**Art. 20.** Ao preceptor compete:

I – promover o acolhimento do discente na instituição concedente;

II – receber o discente, inserindo-o no campo de estágio;

III – elaborar o plano de atividades do estágio e encaminhar ao professor orientador/supervisor para contribuição e posterior discussão;

IV – orientar, supervisionar, acompanhar e avaliar o desempenho das atividades de estágio;

V – acompanhar e monitorar o cumprimento da frequência do discente;

VI – atestar a frequência do discente por meio de assinatura da mesma;

VII – participar das discussões/reuniões sobre estágio;

VIII – fazer cumprir com o acordado no TCE;

IX – manter o professor orientador ou coordenador de estágio informado sobre o andamento do estágio;

X – estimular o discente na busca de orientação pelo professor orientador;

XI – consultar o professor orientador sempre que necessário;

XII – analisar os materiais desenvolvidos durante o estágio com o professor orientador;

XIII – encaminhar à instituição de ensino, em consonância com os prazos estabelecidos pela mesma, a avaliação do discente sob sua supervisão, quando cabível.

## **SEÇÃO IV**

### **DA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO**

**Art. 21.** É vedado ao discente cursar ECSO em concomitância a estágio não obrigatório, independente do local.

**Parágrafo único.** Ao discente é dada a possibilidade de dar continuidade ao estágio não obrigatório e este ser oficialmente aprovado como ECSO desde que durante o 9º período do curso, tenha tido essa aprovação realizada pelo colegiado de curso, a partir do pedido por escrito por parte do discente. Bolsas



de remuneração do estágio não obrigatório poderão ser mantidas durante este estágio. O contrato de estágio não obrigatório deverá ser extinto no último dia do curso do ECSO, sob quaisquer circunstâncias.

**Art. 22.** A realização do estágio é responsabilidade do discente. Compete ao mesmo, desenvolver as atividades do estágio com senso crítico fundamentado em conceitos teóricos próprios da área correspondente ao projeto em que está atuando, devendo:

- I – observar a legislação de estágio vigente;
- II – assinar o TCE, em conjunto com o coordenador e o preceptor;
- III – cumprir o plano de estágio, aprovado pelo professor orientador e preceptor;
- IV – cumprir com pontualidade e responsabilidade as atividades e o cronograma proposto no plano de estágio e os prazos previstos para entrega do plano de estágio e do relatório final;
- V – cumprir com o acordo no TCE;
- VI – respeitar as normas de conduta da unidade de estágio onde estiver atuando;
- VII – respeitar as normas e políticas de estágio do curso de Nutrição;
- VIII – manter contato com o professor orientador;
- IX – elaborar e executar o projeto de estágio, o qual ao final dará origem a um artigo e/ou relatório e/ou relato de caso que será apresentado no seminário final de estágio, quando se tratar de ECSO.

**Parágrafo único.** A jornada de atividade em estágio não pode exceder 6h diárias ou 30h semanais no total, exceto para ECSO, durante o qual há dedicação exclusiva, podendo apresentar jornada de até 8h diárias ou 40h semanais, conforme disposto no Art.10, § 1º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO NO ECSO**

**Art. 23.** O discente será avaliado após cumprir a CH prevista para o ECSO de cada área de estágio previsto.

**Art. 24.** O discente será avaliado pelo supervisor e pelo preceptor.

**Art. 25.** A avaliação se fundamentará na observação do desenvolvimento/execução das atividades pelo discente e no artigo e/ou relatório e/ou relato de caso apresentado na última semana de estágio.

§1º. Serão avaliados ainda os seguintes aspectos:

- I – assiduidade e pontualidade;
- II – grau de interesse pelas atividades e de iniciativa própria;
- III – participação nas atividades propostas e de rotina da unidade concedente;
- IV – relacionamento social (com os supervisores, colegas, funcionários e clientela);

V – comportamento ético;

VI – esforço para superar falhas.

§2º – A avaliação do artigo e/ou relatório e/ou relato de caso ficará a critério dos professores orientadores de cada área.

**Parágrafo único.** A nota da avaliação do preceptor corresponderá aos critérios a serem definidos por cada área de acordo com suas especificidades e deve ser detalhada no plano de ensino do ECSO, apresentado na reunião inicial de estágio.

**Art. 26.** A aprovação do discente se dará mediante o cumprimento da CH total do estágio e obtenção de média final igual ou superior a 7 (sete).

## **CAPÍTULO IV**

### **DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO**

**Art. 27.** O estágio curricular não obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação profissional, a ser realizada por iniciativa do discente.

**Art. 28.** O discente poderá contabilizar a CH do estágio curricular não obrigatório em sua CH flexível do histórico escolar, conforme previsto no PPC.

**Art. 29.** A realização do estágio curricular não obrigatório pelo discente deverá cumprir os seguintes critérios/requisitos:

I – cumprimento das disciplinas obrigatórias constantes da grade curricular dos 1º e 2º semestres do curso (estágio a partir do 3º período);

II – realização de cadastro na coordenação de estágio, apresentando a solicitação de autorização de estágio da instituição concedente assinada;

III – aprovação nas disciplinas que perfaçam, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da CH total das disciplinas nas quais o discente esteja matriculado durante o período letivo subsequente;

IV – atendimento do coeficiente de rendimento geral mínimo de 7,0 pontos;

V – não estar vinculado a qualquer outro estágio curricular;

VI – não acumular bolsas da UFAL, quando a fonte pagadora for ela mesma.

**Art. 30.** O programa de estágio curricular não obrigatório tem as seguintes fases e respectivos desenvolvimentos:

I – disponibilização da instituição concedente de estágio por autorização do estágio e por discentes (com número de vagas, setor, CH semanal, remuneração);

II – aprovação pelo coordenador de estágio da instituição de ensino da área em que as vagas de estágio serão oferecidas pela instituição concedente;

III – apresentação do TCE a ser assinada pelas partes envolvidas (concedente, instituição de ensino e discente) em 3 (três) vias;

IV – disponibilização das vias do TCE assinadas por todas as partes ao discente

e à coordenação de estágio;

V – designação de professor orientador do discente pela coordenação de estágio;

VI – apresentação de proposta de plano de trabalho do discente;

VII – acompanhamento, orientação, supervisão e avaliação (se prevista) do discente pelo preceptor e professor orientador;

VIII – entrega de relatório de atividades pelo discente no período não superior a 06 (seis) meses, ao término do estágio à instituição de ensino e instituição concedente, seguindo modelo disponibilizado na página da universidade;

IX – a possibilidade de renovação do estágio deverá cumprir os requisitos da legislação vigente.

**Art. 31.** O estágio curricular não obrigatório não substitui o ECSO.

#### **TÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 32.** Estão sujeitos a estas normas todos os discentes matriculados no curso de graduação em Nutrição da UFAL que realizarão ECSO ou estágio curricular não obrigatório, conforme estrutura curricular vigente.

**Art. 33.** Os casos omissos que venham a surgir serão resolvidos pelo colegiado do curso de Nutrição.

**Art. 34.** Estas normas entram em vigor na data de sua publicação e são válidas para PPC 2016 e 2024 e caso necessitem ser alteradas/atualizadas precisam de aprovação do colegiado do curso.

Maceió, AL, 12 de Novembro de 2024.